



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA**

Ref.: Processo nº 79690289

## **D E C I S Ã O**

Trata-se de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) instaurado em desfavor da pessoa jurídica THL CARGAS E ENCOMENDAS EIRELI (doravante denominada apenas de THL), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 17.715.315/0001-18, em razão dos fatos delineados na Portaria SECONT nº 200-S (fls. 15), publicada no Diário Oficial do Espírito Santo (DIO-ES) em 28 de setembro de 2017, os quais, em tese, guardam subsunção ao ato lesivo tipificado no artigo 5º, inciso V, da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial).

A origem do feito remete ao ocorrido no bojo do procedimento de investigação preliminar instaurado pelo Subsecretário de Estado de Integridade Governamental e Empresarial, por intermédio da Portaria nº 004/2017, em face da empresa S E COSTA INFORMÁTICA – ME, visando à apuração de irregularidades observadas no decurso do Pregão Eletrônico nº 021/2016, realizado pelo Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (PRODEST). Vencedora do certame, a pessoa jurídica S E COSTA apresentou atestado de capacidade técnica com indícios de falsificação, haja vista que a empresa responsável pela emissão do documento – N&DC SYSTEMS INTEGRATOR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA – sequer estava em funcionamento à época em que os materiais teriam sido a ela vendidos.

Além disso, observou-se que os itens constantes na nota fiscal apresentada pela empresa S E COSTA para comprovar a prestação dos serviços teriam sido transportados em data posterior à da própria emissão do atestado de capacidade técnica. Com a finalidade de dirimir essas dúvidas e aprofundar as investigações quanto à possível fraude perpetrada pela vencedora do Pregão Eletrônico nº 021/2016, o Núcleo de Apuração da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (NAP/SECONT), na data de 21 de

junho de 2017 (fls. 01), encaminhou o Ofício N°005/NAP/SUBINT/SECONT/2017 à empresa THL, que houvera sido contratada para realizar o transporte dos produtos, solicitando informações sobre as datas de envio e de recebimento das mercadorias, acompanhadas das respectivas documentações comprobatórias.

Ante a ausência de respostas por parte da THL, a Coordenação de Investigação Preliminar encaminhou à empresa o Ofício N°007/COIP/SUBINT/SECONT/2017, reiterando os pedidos de informação formulados no anterior (fls. 03). Persistindo a omissão da defendente, o servidor Leonardo Oliveira de Sousa, motorista de gabinete da SECONT, dirigiu-se à sede da THL (Rua Gelu Vervloet Santos, nº 500, sala 610, Jardim Camburi, Vitória/ES) com o objetivo de efetuar a entrega do Ofício pessoalmente, ocasião em que a sra. Rosilene, funcionária da empresa, se recusou a recebê-lo (fls. 07). Ato contínuo, frustrada a tentativa de entrega pessoal do documento, procedeu-se a novo envio por correio, com a comprovação de entrega registrada no dia 14 de agosto de 2017 (fls. 04). Por fim, buscou a Coordenação de Investigação Preliminar estabelecer contato telefônico com a empresa, não logrando êxito após sucessivas ligações efetuadas (fls. 78-79).

Mesmo diante de todas essas tentativas, ficou-se inerte a pessoa jurídica THL, não prestando informações de vital importância para a prossecução das apurações que se encontravam em curso em desfavor da empresa S E COSTA. Por essa razão, em Relatório de Investigação nº 02, a equipe responsável pelas averiguações sustentou que “a omissão na prestação de informações da empresa THL Cargas e Encomendas ELRELI causou embaraço ao regular procedimento de investigação, reduzindo a eficácia dos atos praticados” (fls. 11), fatos que indiciaram a prática do ilícito administrativo tipificado no artigo 5º, inciso V, da Lei nº 12.846/2013. Recomendou-se, por conseguinte, a instauração de PAR em face da THL, o que se fez pela já aludida Portaria nº 200-S, acostada às fls. 15 dos autos.

Devidamente notificada (fls. 20-21), a denunciada apresentou defesa tempestiva (fls. 32-40), alegando, em síntese, (1) que não recebeu as notificações para prestação de informações, encaminhadas pela SECONT, porque a administração do Condomínio *Omni Towers Office*, no qual se encontra instalada a sede da empresa, vinha recebendo correspondências em seu nome sem efetivamente repassá-las, o que ocasionou repetidas controvérsias com a gerência do condomínio em função de reiterados extravios de documentos; (2) que o fato de uma de suas funcionárias – de nome Rosilene – ter se negado a receber o Ofício levado pessoalmente pelo motorista de gabinete da SECONT decorreu, na verdade, de um mal-entendido, uma vez que a funcionária supôs se tratar

de um representante do IBGE, órgão que vinha insistentemente causando importunações irrazoáveis à empresa nos últimos meses; (3) que a pronta apresentação, na peça defensiva, das informações solicitadas pela SECONT faz prova da sua boa-fé e da ausência de qualquer motivação de prejudicar investigações conduzidas pelo órgão; (4) que a instauração de PAR para apurar a conduta da empresa violou o princípio da razoabilidade; (5) que o simples ato de deixar de fornecer uma informação requerida não é suficiente para aperfeiçoar o ato lesivo imputado; (6) que não houve qualquer tipo de dano à Administração Pública, condição inafastável para a configuração dos comportamentos reprovados pela Lei Anticorrupção; e (7) que nenhum ato lesivo foi praticado em benefício ou interesse da empresa, conforme exige o artigo 2º da Lei nº 12.846/2013.

Principiada a fase de instrução, deferiu a Comissão Processante a juntada de documentos por parte da Defesa e a oitiva de duas testemunhas inicialmente arroladas (fls. 63-64). Em sequência, a própria Comissão procedeu, sob protestos da Defesa, à juntada de novos documentos (registros de ligações telefônicas da SECONT à empresa THL nos meses de julho e agosto de 2017) e ao arrolamento de uma terceira testemunha (a qual acabou ouvida na qualidade de informante, após arguição de suspeição por parte da Defesa. Realizada a primeira audiência, foram os depoimentos regularmente colhidos (fls. 85-87) e aos autos acostadas provas documentais de relevo, apresentadas pela informante ouvida durante o ato (fls. 96-102). Posteriormente, após controvérsias acerca da juntada de documentos em momento posterior à apresentação da primeira peça defensiva (fls. 89-93; 107-108; 113-115), requereu a Defesa a oitiva de novas testemunhas (fls. 120-122), o que foi deferido pela Comissão (fls. 127-129). Designada segunda audiência, foram devidamente colhidas as provas orais restantes (fls. 141-148).

Em sede de alegações finais (fls. 153-168), a denunciada reiterou os argumentos tecidos na peça defensiva preliminar, robustecendo as suas teses com um balanço detalhado das provas documentais e orais produzidas no decurso da instrução. Ancorada em tais fundamentos, pugnou a Defesa pelo arquivamento do PAR e, com efeito, pela não aplicação das sanções cogitadas na Portaria de instauração ou, subsidiariamente, em caso de condenação, pelo arbitramento da penalidade de multa no mínimo legal.

Encerrada a instrução probatória e apreciados os memoriais finais oferecidos pela defendente, exarou a Comissão Processante, às fls. 192-204 dos autos, o Relatório Final nº 013/2018, concluindo, à luz das provas coligidas no curso do processo, que "agindo segundo seu interesse de não prestar informações à SECONT e, nos termos apontados

na Portaria nº 200-S, de 26 de setembro de 2017, a empresa THL CARGAS E ENCOMENDAS EIRELI, de fato, deliberadamente deixou de fornecer informação solicitada pela equipe de investigação”, incorrendo na prática do ilícito descrito no artigo 5º, inciso V, da Lei nº 12.846/2013 (fls. 203-204). Recomendou a Comissão, com efeito, a aplicação cumulada das sanções de multa e de publicação extraordinária da decisão condenatória, cominadas pelo artigo 6º, incisos I e II, da Lei nº 12.846/2013.

Finalmente, após juntada de parecer subscrito pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) atestando a regularidade formal do PAR (fls. 206-208), a defendente protocolou novo petítório requerendo (1) a juntada aos autos de supostas folhas faltantes e o franqueamento de acesso ao seu teor às advogadas constituídas; e (2) a suspensão do PAR até o trânsito em julgado dos Mandados de Segurança nº 0008005-13.2018.8.08.0023 e nº 0008002-58.2018.8.08.0024, impetrados pela empresa THL, cujos objetos configuram, segundo a Defesa, questões prejudiciais ao deslinde do presente feito. Em sequência, ao serem disponibilizados os autos no gabinete para digitalização e cópia integrais, consta, às fls. 221, manifestação subscrita por uma das advogadas da empresa solicitando a desconsideração do primeiro dos pedidos acima reproduzidos.

Eis a síntese do processo.

Às fls. 01, consta o Ofício Nº005/NAP/SUBINT/SECONT/2017, o primeiro encaminhado à THL solicitando informações sobre a investigação que se encontrava em curso.

Às fls. 03, o Ofício Nº007/COIP/SUBINT/SECONT/2017, por meio do qual foi reiterado o pedido de prestação de informações.

Visualiza-se, às fls. 07, declaração subscrita por Leonardo Oliveira de Sousa, então motorista de gabinete da SECONT, atestando a recusa de recebimento da notificação por parte de funcionária da empresa denunciada.

Às fls. 08/12, consta o Relatório de Investigação nº 02.

Às fls. 15, a Portaria nº 200-S, publicada no DIO-ES em 28 de setembro de 2017, instaurando o presente PAR.

Devidamente notificada (fls. 20-21), apresentou defesa a empresa THL às fls. 32-40.

Às fls. 63-64, despacho exarado pela Comissão Processante reconhecendo a tempestividade da defesa e designando audiência para oitiva das testemunhas arroladas.

Às fls. 72-75, manifestação da Defesa arguindo a suspeição de testemunha arrolada pela Comissão Processante e requerendo a oitiva da mesma na qualidade de informante.

Às fls. 76, consta ofício encaminhado pela Receita Federal informando o faturamento bruto da THL no exercício financeiro de 2016.

Às fls. 77, despacho da Comissão Processante deferindo a oitiva da testemunha impugnada na condição de informante e determinando a juntada aos autos do detalhamento de chamadas telefônicas realizadas pela coordenação de investigação preliminar nos meses de julho e agosto de 2017 (fls. 78-79).

Às fls. 85-87, termos de audiência acompanhados de mídia digital contendo os depoimentos de Rosilene Veiga Lafaete Souza (testemunha) e Christiane Cola Martins (informante) colhidos pela Comissão Processante.

Às fls. 89-93, manifestação da Defesa impugnando a juntada de documentos posteriormente a apresentação de defesa pela denunciada (fls. 89-93).

Às fls. 96-100, cópias do caderno de controle de registro de correspondência do Condomínio *Omni Towers Office*, apresentadas pela informante Christiane Cola Martins após solicitação da Comissão Processante em audiência.

Às 107-108, nova manifestação da Defesa requerendo o desentranhamento dos autos dos documentos juntados ulteriormente à peça defensiva apresentada pela empresa.

Às fls. 113-115, despacho exarado pela Comissão Processante indeferindo pedido de desentranhamento formulado pela Defesa e intimando os patronos para tomar ciência de todos os documentos juntados.

Às fls. 120-122, consta nova manifestação da Defesa alegando a ilegalidade da decretação de sigilo do PAR e requerendo a oitiva de duas novas testemunhas.

Às fls. 127-129, visualiza-se despacho proferido pela Comissão Processante rejeitando a alegação de ilegalidade da decretação de sigilo do PAR, deferindo a oitiva das testemunhas solicitadas pela Defesa, arrolando outras duas mais o depoimento do representante legal da empresa e designando audiência para colheita das provas orais.

Às fls. 137-138, petição da Defesa requerendo a intimação da NET para prestar esclarecimentos.

Às fls. 139, despacho da Comissão Processante indeferindo o último requerimento.

Às fls. 141-148, termos de audiência acompanhados de mídia digital contendo os depoimentos das testemunhas Paulo Rabello de Castro, Rosilene Veiga Lafaete de Souza e Grazielle Raposo, dos informantes Maristella Nunes Salgueiro e Leonardo Oliveira de Sousa e do representante legal da empresa denunciada Fábio Pontes da Silva, colhidos pela Comissão Processante.

Às 153-168, alegações finais apresentadas pela defendente.

Após regular e conclusiva análise do caso pela Comissão Processante designada, consta o Relatório Final nº 013/2018 às fls. 192-204.

Posteriormente, foram os autos remetidos à Procuradoria Geral do Estado (PGE) para fins do disposto no artigo 17 do Decreto Estadual nº 3.956-R/2016. Consta às fls. 206-208, o Parecer PGE/PCA nº 00939/2018, com pronunciamento pela regularidade formal do PAR, acompanhado das subseqüentes aprovações da chefia da Procuradoria de Consultoria Administrativa, às fls. 210, e da Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos, às fls. 211.

Às fls. 214-216, petição apresentada pela Defesa requerendo a juntada de folhas faltantes e a suspensão do PAR até o trânsito em julgado dos mandados de segurança impetrados pela denunciada.

Em seguida, vieram-me conclusos os autos para prolação de Decisão Administrativa de Responsabilização, nos termos do artigo 18 do Decreto nº 3.956-R/2016.

**É o Relatório. Passo a decidir.**

Considerando-se o disposto na Portaria nº 200-S/2016, observo que deve ser apreciada nesta decisão uma única imputação, qual seja: ter a pessoa jurídica THL dificultado atividade de investigação realizada pela SECONT (procedimento de investigação preliminar instaurado pela Portaria nº 004/2017 em face da empresa S E COSTA) ao não prestar informações relevantes reiteradamente solicitadas pela equipe responsável pela condução das apurações. O objeto de análise, portanto, consistirá na verificação, à luz das provas coligidas nos autos, do potencial amoldamento da conduta omissiva praticada pela empresa ao tipo infracional descrito no artigo 5º, inciso V, da Lei nº 12.846/2013.

Antes de ao mérito da controvérsia avançar, contudo, impõe-se à apreciação o requerimento preliminar formulado pela Defesa na petição de fls. 213-216, no sentido de suspender o PAR até o trânsito em julgado dos Mandados de Segurança nº 0008005-13.2018.8.08.0023 e nº 0008002-58.2018.8.08.0024, impetrados pela defendente, cujos objetos consubstanciariam questões prejudiciais ao julgamento deste processo.

Não merece deferimento o pleito da denunciada. Sabe-se que a impetração de mandado de segurança não tem o condão de automaticamente suspender processos judiciais ou administrativos que com o seu objeto guardem alguma conexão. Embora seja possível postular-se o sobrestamento desses outros feitos na hipótese de se formar uma relação de prejudicialidade entre as matérias levadas a julgamento, a efetiva suspensão é medida que carece de um provimento judicial que lhe sirva de fundamento. Corrobora essa interpretação a disposição contida no artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.016/2009, segundo a qual, "ao despachar a inicial [de mandado de segurança], o juiz ordenará que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida [...]".

Em análise da exordial do *mandamus*, entretanto, observo que a suspensão do presente PAR sequer foi requerida em sede liminar por parte da empresa, que se limitou a pleitear o arquivamento definitivo do feito. Ademais, a leitura da decisão liminar acostada às fls. 222-224 demonstra que o ilustre magistrado responsável pelo julgamento do Mandado de Segurança nº 0008005-13.2018.8.08.0023 concluiu pela inexistência de plausibilidade jurídica das alegações invocadas pela impetrante, consignando que (fls. 223):

Todavia, não parece razoável a determinação de arquivamento, em sede liminar, do referido processo administrativo, uma vez que este foi instaurado nos moldes do estabelecido pela denominada Lei Anticorrupção, bem como foi oportunizado a ampla defesa e o contraditório ao impetrante, conforme defesa administrativa de fls. 48-56 e demais manifestações da impetrante em sede administrativa.

[...]



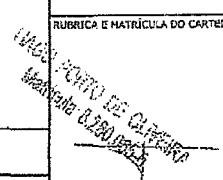
Isto posto, e com o fito de balizar o raciocínio, saliento que **não vislumbrei nos autos prova capaz de elidir a presunção de legalidade daquele procedimento, bem como não vejo substrato probatório suficiente para verificar que a investigação é ilegal, como argui a impetrante.**

**Ante o exposto, INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR.**

Com efeito, baseando-me nas próprias razões aduzidas pelo eminente magistrado e na relativa independência entre as esferas administrativa e judicial, denego o requerimento preliminar de sobrestamento do PAR até o trânsito em julgado dos mandados de segurança impetrados pela defendente, conferindo ao presente feito, portanto, regular prosseguimento nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 3.956-R/2016.

Afastada, pois, a tese preliminar suscitada pela Defesa, principio o exame do mérito à luz dos elementos de convicção colecionados nos autos.

A primeira tentativa de solicitação de informações junto à empresa THL se deu por meio do Ofício Nº005/NAP/SUBINT/SECONT/2017, encaminhado pelo NAP/SECONT em 21 de junho de 2017, no qual constavam quatro questionamentos acerca do envio e do recebimento dos produtos que haviam sido vendidos pela pessoa jurídica S E COSTA à N&DC SYSTEMS. É relevante notar que, após a enumeração das indagações, alertava-se no corpo do documento que a omissão na apresentação das informações requisitadas poderia implicar a instauração de PAR em face da empresa por dificultar atividade de investigação. Segundo se observa no Aviso de Recebimento juntado às fls. 02 dos autos, o referido Ofício foi devidamente entregue na portaria do Condomínio *Omni Towers Office*, no qual se encontra sediada a empresa THL, em 29 de junho de 2017:

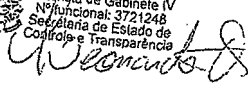
Correios SIGEP		AVISO DE RECEBIMENTO	CONTRATO 9912413130										
<b>DESTINATÁRIO:</b> Fabio Pontes da Silva Rua Gelu Vervloet dos Santos, 500 sala 610 Jardim Camburi 9090100 Vitória-ES  AR821687330JS 		<b>TENTATIVAS DE ENTREGA:</b> 1º ____/____/____ ____:____h 2º ____/____/____ ____:____h 3º ____/____/____ ____:____h  <b>MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:</b> <table border="0"><tr><td><input type="checkbox"/> 1 Medo-se</td><td><input type="checkbox"/> 5 Recusado</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente</td><td><input type="checkbox"/> 6 Não Procurado</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número</td><td><input type="checkbox"/> 7 Ausente</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> 4 Desconhecido</td><td><input type="checkbox"/> 8 Retido</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/> 9 Outros</td><td></td></tr></table>		<input type="checkbox"/> 1 Medo-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado	<input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não Procurado	<input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente	<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Retido	<input type="checkbox"/> 9 Outros	
<input type="checkbox"/> 1 Medo-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado												
<input type="checkbox"/> 2 Endereço Insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não Procurado												
<input type="checkbox"/> 3 Não Existe o Número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente												
<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Retido												
<input type="checkbox"/> 9 Outros													
<b>REMETENTE:</b> SECONT- NAP <b>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:</b> Avenida Governador Bley, 236 NAP, 6º andar SECONT Centro 29010150 Vitória-ES <b>OMNI TOWERS OFFICE</b> <b>Patricio Ricardo Rodrigues</b> <b>RG: 311.619-4</b>		<b>DATA DE ENTREGA:</b> 29/06/2017 <b>Nº DOC DE IDENTIDADE</b>											
<b>RELATAÇÃO DE CONTEÚDO:</b> <b>IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR:</b>		<b>RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO:</b>  											



Ato contínuo à omissão da defendente quanto a este primeiro requerimento de informações, procedeu a Coordenação de Investigação Preliminar à tentativa de entrega pessoal do Ofício Nº007/COIP/SUBINT/SECONT/2017, por meio do motorista de gabinete Leonardo Oliveira de Sousa (nº funcional 3721248), que se dirigiu à sede da THL à data de 31 de julho de 2017. Neste novo documento, foram reiterados os questionamentos formulados no Ofício anterior e pontuada a ausência de resposta por parte da empresa, a despeito do Aviso de Recebimento emitido pelos Correios. Sucede que, segundo declaração firmada pelo aludido servidor, acostada às fls. 07 dos autos, a sra. Rosilene, funcionária da empresa defendente, recusou-se a receber o Ofício contendo a requisição das informações, de modo a deliberadamente frustrar o cumprimento da diligência. Em virtude da sua força probante, posto que dotada de fé pública, colaciono abaixo a declaração subscrita pelo motorista de gabinete Leonardo de Oliveira de Sousa:

EU, LEONARDO OLIVEIRA DE SOUSA, PORTADOR DO CPF: 077.654.767-42  
E CNH: 007.958.505.41, NA FUNÇÃO DE MOTORISTA DE GABINETE DA  
SECONT (SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA), ESTIVE  
NO DIA 31 DE JULHO DE 2017 NO ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VERVLOET  
DOS SANTOS, Nº 500, SALA 610, JARDIM CAMBURI, VITÓRIA, E.S.,  
COM O OBJETIVO DE FAZER UMA ENTREGA DE UMA NOTIFICAÇÃO À  
EMPRESA THL CARGAS ENCOMENDAS, NO HORÁRIO DA TARDE, E ATENDIDO  
PELA FUNCIONÁRIA DA EMPRESA, CUJO NOME ROSILENE, SE RECUSOU  
A RECEBÊ-LA.

VITÓRIA, 24 DE AGOSTO DE 2017

Leonardo Oliveira de Sousa  
Motorista de Gabinete IV  
Nº funcional: 3721248  
Secretaria de Estado de  
Controle e Transparência  


Em face de mais uma malograda tentativa de obter, junto à defendente, informações de relevo para o regular prosseguimento das apurações em curso nesta Secretaria, providenciou a Coordenação de Investigação Preliminar o reenvio, desta feita via correio, do mencionado Ofício Nº007/COIP/SUBINT/SECONT/2017, endereçando-o novamente à sede da pessoa jurídica THL. Postado no dia 11 de agosto de 2017, o documento foi devidamente entregue à destinatária em 14 de agosto do mesmo ano, conforme se pode atestar do comprovante oficial dos Correios, carreado às fls. 04 dos autos:

**JS871458153BR**

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.

Fls. N.º \_\_\_\_\_  
7969  
Rubrica: \_\_\_\_\_ **SECONT**

Postagem	Em trânsito	Entrega
<b>Objeto entregue ao destinatário</b> 14/08/2017 19:39 Vitória / ES		
<hr/>		
<b>Objeto saiu para entrega ao destinatário</b>		
<hr/>		
<b>Objeto postado</b>		

14/08/2017 19:39 Vitória / ES  
14/08/2017 12:08 Vitória / ES  
11/08/2017 11:18 VIANA / ES


*Handwritten signature*

Entrementes a tais frustradas tentativas, vinha buscando a equipe de investigação estabelecer contato telefônico com a defendente mediante a efetuação de diversas ligações, nenhuma delas exitosa. Às fls. 78-79 dos autos, juntou-se o detalhamento do registro de chamadas telefônicas realizadas pela Coordenação de Investigação Preliminar nos meses de julho e agosto de 2017. Discriminadas as ligações realizadas junto à empresa THL, tem-se o seguinte histórico de data, hora e tempo de duração das chamadas:

*Dia 13.07.2017 – 11h25 – Duração 1'30"*  
*Dia 17.07.2017 – 15h28 – Duração 1'18"*  
*Dia 31.07.2017 – 11h25 – Duração 0'30"*  
*Dia 25.08.2017 – 09h31 – Duração 1'48"*

A principal linha defensiva sustentada pela empresa resume-se na assertiva de que as notificações acima aludidas, conquanto possam ter sido entregues na portaria do Condomínio *Omni Towers Office*, não foram efetivamente repassadas a seu proprietário ou a seus colaboradores. Com efeito, não se poderia cogitar de qualquer omissão da defendente em prestar informações solicitadas pela SECONT, porquanto, segundo a narrativa de defesa, sequer teria chegado a ser realmente notificada a THL, circunstância que acabaria por infirmar a imputação do ato lesivo tipificado no artigo 5º, inciso V, da Lei nº 12.846/2013. Visando respaldar as afirmações deduzidas em suas peças de defesa, a denunciada juntou aos autos um conjunto de e-mails trocados com a Administradora do Condomínio (fls. 54-56), os quais dão conta de que realmente se verificaram, desde maio de 2017, controvérsias acerca do extravio e do recebimento não autorizado de correspondências por parte de funcionários do Condomínio *Omni Towers Office*.

Sucede que as provas produzidas no curso da instrução cabalmente demonstraram que o Ofício Nº007/COIP/SUBINT/SECONT/2017, entregue no Condomínio à data de 14 de agosto de 2017, foi devidamente recebido pela pessoa jurídica THL logo no dia seguinte: as cópias do livro de protocolo juntadas aos autos, especificamente às fls. 102, atestam que a correspondência em questão foi entregue à unidade 610 (sala em que se encontra instalada a empresa defendente) no dia 15 de agosto de 2017. Esse fato foi confirmado durante a segunda oitiva da testemunha Rosilene Veiga Lafaete Souza, em depoimento colhido ao dia 21 de março de 2018 (fls. 144 e 148), ocasião em que a colaboradora da empresa reconheceu ser de sua autoria a assinatura aposta no livro de protocolo (02'42" a 03'24"), de maneira a certificar o efetivo recebimento, pela THL, do Ofício nº 007, expedido pela SECONT. Reproduzo abaixo a prova documental em referência (fls. 102):

Destinatário: <u>galla panto</u> , apto. <u>610</u>	
Remetente: _____	
Recebido em <u>15/08/17</u>	Discriminação
<u></u> Assinatura ou Carimbo	<u>JS871458153BR</u> <u>JS9690289</u>

Em atenta observação da cópia do livro de protocolo, observa-se que a identificação da correspondência (registrada no campo "discriminação") coincide com o código de rastreamento gerado pelos Correios para o Ofício Nº007/COIP/SUBINT/SECONT/2017 (fls. 04) – JS871458153BR –, o que elimina qualquer dúvida quanto ao recebimento do comunicado oficial por parte da colaboradora da THL, Rosilene Veiga Lafaete de Souza.

Sobreleva-se, neste particular, um detalhe importante, argutamente sublinhado pela Comissão Processante no Relatório Final: o Ofício nº 007, devidamente recebido pela empresa, cuidava de textualmente **reiterar** os termos de Ofício anterior – Nº005/NAP/SUBINT/SECONT/2017 –, tornando inequívoca a inferência de que a solicitação de informações nele veiculada já havia sido objeto de pretérita tentativa. O fato é que, mesmo tomando plena ciência do conteúdo da comunicação, a denunciada inescusavelmente deixou de fornecer as informações requeridas pela equipe de investigação.

Ao tomar conhecimento desta prova – as cópias do caderno de protocolo (fls. 96-102) somente foram apresentadas pela informante após a audiência realizada em 12 de dezembro de 2017 –, a Defesa promoveu uma ligeira alteração na linha de argumentação trilhada em sua primeira peça (fls. 32-40): passou a enfatizar a necessidade de serem repassadas as correspondências oriundas da SECONT não a qualquer representante (colaborador ou sócio) da pessoa jurídica THL, mas tão somente ao sr. Fábio Pontes, proprietário legal da empresa (fls. 162-163). Ocorre que essa alegação acaba infirmada pelos próprios e-mails anexados aos autos pela defendente (fls. 54-56), nos quais o sr. Fábio Pontes, em comunicação com a Administração do Condomínio, faz expressa alusão, mais de uma vez, à habilitação conferida aos colaboradores da THL para receberem as correspondências ("**quaisquer que sejam**") endereçadas à empresa. Colaciono:

**Assunto:**RES: Procedimento Recebimento Correspondência

**Data:**Wed, 17 May 2017 16:12:29 -0000

**De:**THL Fabio <fabio@thlcargas.com.br>

**Para:**CONFIANÇA <confianca@confianca.adm.br>

Boa tarde Senhores,

Conforme diálogo via fone, e pessoalmente com funcionários portaria OMNI TOWNER, venho através deste informar que é expressamente proibido recebimento de correspondências direcionadas ao meu nome ou da empresa THL CARGAS, pelos colaboradores CONFIANÇA que ficam na portaria do OMNI TOWNER. Favor solicitar portador origem da correspondência (quaisquer que sejam), seguir para sala correta 610, que nossos colaboradores estarão aptos por recebe-los e dar devido atendimento.

Conto com vossa colaboração.

Fábio Pontes da Silva

THL CARGAS

----- Mensagem encaminhada -----

**Assunto:** RES: Procedimento Recebimento Correspondência

**Data:** Tue, 17 Oct 2017 14:42:12 -0200

**De:** THL - FABIO <fabio@thlcargas.com.br>

**Para:** mky@confianca.adm.br

Boa Tarde Sr. Thiago,

Conforme conversamos via fone, hoje novamente foi recebida correspondência sem minha anuência ou de nossos colaboradores oriunda CORREIOS. Conforme abaixo, veja email enviado em 17/05/17, formalizando esta solicitação e novamente não foi respeita. Como vamos proceder caso tenhamos algum dano recorrente deste descumprimento?

Já não é a 1ª, 2ª e 3ª vez que ocorrem este descumprimento.

01/11/2017 00:5:

Merece igual consideração a recusa de recebimento, por parte da sra. Rosilene, do Ofício pessoalmente levado pelo motorista de gabinete da SECONT à sede da defendente. As explicações oferecidas pela empresa, nesse pormenor, não convencem. A afirmação de que a colaboradora supôs equivocadamente se tratar de representante do IBGE acabou descredibilizada pela profusão de contradições observadas em seus depoimentos, minuciosamente examinadas às fls. 197-198 do Relatório Final pela Comissão Processante. Durante a sua primeira oitiva (fls. 87), a sra. Rosilene, quando indagada sobre ter recebido algum funcionário da SECONT na empresa para entrega de correspondências, respondeu negativamente, destacando que apenas havia recebido um representante do IBGE na sede da THL, que até lá se dirigiu para colher dados e informações da pessoa jurídica (05'24" a 06'02" – 13'09" a 13'20").

Sucedo que a testemunha Max Athayde Fraga, representante do IBGE, esclareceu em depoimento que não houve qualquer visita pessoal à THL, porquanto a empresa não integrava o painel de pesquisas do instituto que demandava esse contato presencial (fls. 148 – 23'25" a 24'30"). Outrossim, durante a sua segunda oitiva junto à Comissão Processante, a própria sra. Rosilene contraditoriamente afirmou não saber se o IBGE realizava visitas pessoais de praxe, enfatizando que ao menos ela – Rosilene – não havia chegado a receber representantes da entidade na sede da empresa (fls. 148 – 06'52" a 07'05"). Somado esse a outros contrassensos verificados nos depoimentos prestados pela sra. Rosilene (*vide* fls. 197-198 do Relatório Final), claro está que as supostas "importunações irrazoáveis" do IBGE foram utilizadas pela defendente como um subterfúgio para contornar a inadvertida recusa de receber a notificação levada pessoalmente à empresa pelo motorista de gabinete da SECONT.



No depoimento prestado pelo sr. Leonardo Oliveira de Sousa, aliás, ouvido como informante (fls. 147-148), visualiza-se alguns outros elementos que contribuem para elucidar as inconsistências das teses defensivas. Relatou o servidor que, ao chegar à sede da empresa THL, identificou-se prontamente como motorista da SECONT e informou à funcionária que o recebeu (sra. Rosilene) o encargo de entregar um Ofício encaminhado pelo órgão (03'50" a 04'01"). Destacou, ainda, que sempre trabalha uniformizado, com uma camisa preta ostentando o brasão do Governo do Estado do Espírito Santo, com a qual estava trajado no dia em que cumpriu a diligência da notificação e em que prestou o depoimento perante a Comissão Processante (01'40" a 02'00"). Portanto, rememorando-se ser dotada de fé pública e amparada por presunção de veracidade a palavra afixada pelo servidor, conclui-se que a negativa, por parte da empregada da empresa, de receber o documento não pode ser justificada por uma eventual impossibilidade de identificação do motorista enquanto um representante oficial da SECONT.

Em suma, à luz de todo o exposto, é insofismável a conclusão de que a pessoa jurídica THL CARGAS E ENCOMENDAS EIRELI, não obstante haver tomado plena e comprovada ciência do teor do Ofício N°007/COIP/SUBINT/SECONT/2017, descumpriu o dever de apresentar informações solicitadas pela SECONT, prejudicando o regular desenvolvimento de procedimento apuratório conduzido pelo órgão e incidindo, com efeito, no ato lesivo tipificado no artigo 5º, inciso V, da Lei nº 12.846/2013. Assim, considerando-se que o verbo-núcleo "dificultar" remete às ações de embaraçar, turbar, obstruir, estorvar ou tolher investigação conduzida por órgão público, nenhuma dúvida remanesce quanto à subsunção da conduta omissiva praticada pela defendente à descrição típica veiculada no mencionado dispositivo, posto que a não prestação das informações oficialmente requeridas por esta Secretaria acarretou a obstaculização e, por conseguinte, o retardamento do desfecho da apuração preliminar – instaurada em face da empresa S E COSTA pela Portaria nº 004/2017 – que à época se encontrava em curso.

Nesse passo, é relevante assinalar que – ao revés do que insistentemente argumentou a Defesa – a má-fé da defendente não configura um pressuposto fático-jurídico para a sua responsabilização com fulcro na Lei nº 12.846/2013. Isso porque o aludido diploma descobre na sistemática da responsabilidade objetiva o seu principal alicerce dogmático, tornando prescindível – para que válido um juízo condenatório proferido em desfavor da empresa processada – a comprovação dos elementos anímicos e volitivos (subjetivos) que concretamente determinaram as condutas antijurídicas a ela imputadas.

Com efeito, uma vez demonstrada a ocorrência de um ato lesivo (omissão na prestação de cruciais informações reiterativamente solicitadas por órgão público competente), do dano ocasionado (prejuízo ao regular desenvolvimento de uma investigação) e do nexo de causalidade que cuida de atá-los no caso concreto (o atraso nas apurações foi ocasionado exatamente pela inobservância deliberada das requisições de informações por parte da pessoa jurídica THL), já se aperfeiçoa a responsabilidade jurídica objetiva nos moldes preconizados pela Lei Anticorrupção Empresarial. Significa afirmar, no vertente caso, ser supérflua a prova da lúcida intenção da empresa de obstruir a investigação: a simples conduta de não haver apresentado, após devidamente notificada, informações requeridas pela SECONT, de sorte a turbar o livre curso de uma apuração, é já suficiente para torná-la incurso na infração descrita no artigo 5º, inciso V, da Lei nº 12.846/2013.

Outrossim, em análise dos fundamentos jurídicos invocados nas peças defensivas, não vislumbro qualquer tese apta a desconstituir as imputações formuladas em face da THL.

A primeira alegação de direito aduzida pela empresa é a de que a instauração do presente PAR infringiu o princípio da razoabilidade, uma vez que o simples ato de não apresentar informações solicitadas por órgão público no curso de investigação seria insuficiente à caracterização do ilícito tipificado no artigo 5º, inciso V, Lei nº 12.846/2013.

Tal argumento, a toda evidência, não se sustenta. A tipicidade da conduta omissiva imputada à empresa, segundo acima fundamentei, é inquestionável, eis que a inobservância injustificada ao comando de prestar informações relevantes ao deslinde de apuração de ato lesivo subsumido à Lei Anticorrupção Empresarial amolda-se à ação nuclear de “dificultar” atividade de investigação. Outrossim, a juntada aos autos (1) dos ofícios encaminhados à THL, (2) dos comprovantes postais de recebimento e (3) da declaração subscrita pelo motorista de gabinete desta Secretaria (atestando a recusa imotivada de uma das funcionárias da defendente de receber o documento) conformou um arcabouço de indícios de autoria e de provas de materialidade mais que suficiente ao aperfeiçoamento do pressuposto da justa causa para deflagração de PAR, na forma do artigo 3º do Decreto Estadual nº 3.956-R/2016. A soma desses dois fatores – tipicidade da conduta imputada e justa causa para instauração do PAR –, portanto, trata de evidenciar o descabimento da alegação de que incorreu esta Secretaria em qualquer ofensa ao princípio da razoabilidade.

Em sequência, mostra-se igualmente insubsistente a tese defensiva de que a “ausência de dano comprovado à Administração Pública” impede o enquadramento da empresa

nos preceitos repressivos da Lei nº 12.846/2013. Em primeiro plano, tem-se que os danos cogitados pelo diploma não se adstringem àqueles de natureza econômica, visto que o seu artigo 5º faz expressa alusão a atos lesivos que “atentem contra princípios da Administração Pública”. Outrossim, a injustificada omissão da defendente em prestar informações oficialmente solicitadas por esta Secretaria acarretou um sensível prejuízo à regular prossecução das investigações que à época se encontravam em curso. Cuidava-se de dados essenciais à apuração de grave irregularidade cometida no seio de certame licitatório conduzido pela Administração Estadual, de modo que a redução da eficácia dos atos investigativos concretizou um sensível dano (embora não econômico) às atividades desenvolvidas pela SECONT, materializado em flagrante violação ao princípio da eficiência administrativa, consagrado no artigo 37 da Constituição Federal.

De toda sorte, ainda que se tratasse de situação caracterizada pela “ausência de dano à Administração Pública”, não resistiria a tese sustentada pela defendente. Isso porque é firme e iterativa a jurisprudência desta Secretaria no sentido de que os ilícitos administrativos tipificados no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013 (inclusive o previsto no inciso V) são de natureza formal, porquanto não demandam, como pressuposto de sua consumação, a produção do resultado naturalístico de efetiva lesão à Administração. Sob essa ótica, a concretização de qualquer dano em desfavor do Poder Público, decorrente de ato ilícito juridicamente capitulado em tal dispositivo, se configura como mero exaurimento do comportamento lesivo, reservando sua relevância não em termos de tipicidade, mas tão somente para fins de dosimetria das penalidades aplicáveis.

Por último, não prospera, de igual sorte, o argumento levantado pela Defesa no sentido de que nenhum ato foi praticado em “interesse ou benefício” da empresa THL, nos moldes do artigo 2º da Lei nº 12.846/2013. Neste ponto, recorro à argumentação desenvolvida pela Comissão Processante (fls. 201-204) para considerar que a exigência de demonstração do interesse ou benefício da empresa – tal como sugerido pela Defesa – mostra-se incompatível com a sistemática da responsabilidade objetiva consagrada pelo diploma, uma vez que a cabal comprovação dessas duas figuras (interesse e benefício) significaria resvalar para o exame dos aspectos anímicos e volitivos (subjetivos) que concretamente orientaram a prática do ato lesivo pela empresa.

Não sendo este o propósito da Lei Anticorrupção Empresarial, penso que à caracterização das infrações nela previstas basta o aperfeiçoamento da tipicidade objetiva da conduta imputada, quedando-se provados por presunção o interesse e/ou o benefício associados ao seu cometimento. Nesse cenário, visando à preservação da efetividade e



da latitude hermenêutica da descrição típica veiculada no artigo 5º, inciso V, da Lei nº 12.846/2013, julgo apropriado aderir às premissas da interpretação delineada pela Comissão Processante – com sólido amparo doutrinário – no sentido de entender configurada a infração pela simples, objetiva e comprovada obstaculização inescusável de procedimento perquiratório público, elementos nitidamente visualizados nos fatos praticados pela empresa THL no bojo de investigação preliminar conduzida pela SECONT.

Elididas, pois, as principais teses defensivas sustentadas pela empresa denunciada.

Nesse passo, sobejamente demonstrado que a conduta omissiva praticada pela defendente (não apresentação de informações repetidamente solicitadas) dificultou o desenvolvimento de uma investigação conduzida por esta Secretaria, tenho por inviável qualquer possibilidade de subtrair ou de relevar a ilicitude da ação perpetrada, motivo pelo qual reputo justa e adequada a **condenação da empresa THL CARGAS E ENCOMENDAS EIRELI nos termos do artigo 5º, inciso V, da Lei nº 12.846/2013 (“dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional”)**.

**Passo, então, à dosimetria das sanções administrativas aplicáveis ao caso.**

Guiado pelo propósito de regulamentar a aplicação da Lei nº 12.846/2013, o Decreto Estadual nº 3.956-R/2016 consagrou um sistema bifásico de dosimetria das penalidades, cujas etapas devem ser percorridas em permanente observância aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como acompanhadas, em função do seu caráter punitivo, de idônea e minuciosa fundamentação.

Na primeira fase da dosimetria, delineada pelos artigos 25, 26 e 27 da normativa estadual, procede-se à fixação da multa-base à luz dos seguintes critérios: “gravidade e repercussão social da infração” (artigo 25), “circunstâncias que sempre agravam o cálculo da multa” (incisos do artigo 26) e “circunstância atenuantes” (incisos do artigo 27). Avaliadas todas as peculiaridades do caso concreto em conformidade com tais parâmetros, determina-se o percentual da multa-base, o qual, nos termos do inciso I do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013, deve oscilar entre 0,1% e 20% do faturamento bruto da empresa no último exercício financeiro anterior ao da instauração do PAR (deduzidos, em qualquer caso, os tributos).



No caso vertente, em análise da **gravidade** dos ilícitos, entendo que a conduta praticada pela denunciada não revelou um grau de censurabilidade que extrapolasse a normalidade do tipo infracional no qual restou enquadrada a empresa **(não promovo qualquer elevação da multa-base da empresa THL).**

Em idêntico sentido, quanto ao critério da **repercussão social** do ato lesivo, não vislumbro a produção de consequências negativas extraordinárias – isto é, não inerentes ou anormais ao tipo infracional imputado – que pudessem justificar a exasperação da penalidade pecuniária **(não promovo qualquer elevação da multa-base da empresa THL).**

Passo, então, ao exame da potencial incidência das oito circunstâncias de agravamento estipuladas nos incisos do artigo 26 do Decreto Estadual.

Em relação ao **valor do contrato firmado ou pretendido (inciso I)**, por versar a espécie apenas sobre a conduta de dificultar atividade de investigação conduzida por órgão público, não há qualquer contrato administrativo a ser valorado para fins de dosimetria **(não promovo qualquer elevação da multa-base da empresa THL).**

A idêntica conclusão se chega no que concerne à **vantagem auferida ou pretendida pela pessoa jurídica infratora (inciso II)**, tratando-se novamente de circunstância inaplicável ao caso sob exame **(não promovo qualquer elevação da multa-base da empresa THL).**

Em sequência, noto que o ato lesivo praticado pela empresa não guardou qualquer **relação com atividades fiscais da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) ou a contratos, convênios ou termos de parceria nas áreas de saúde, educação, segurança pública ou assistência social (inciso III)** **(não promovo qualquer elevação da multa-base da empresa THL).**

Compulsando os autos, outrossim, não verifico qualquer informação quanto à **reincidência (inciso IV)** da empresa condenada **(não promovo qualquer elevação da multa-base da empresa THL).**

De outra parte, as provas dos autos demonstraram que o ato lesivo foi praticado **com tolerância do corpo diretivo da pessoa jurídica (inciso V)**, uma vez que o comando emanado pelo proprietário da empresa – sr. Fábio Pontes –, no sentido de proibir os

colaboradores de receberem terceiros na sede da mesma, foi decisivo para o insucesso das notificações e, conseqüentemente, para o descumprimento do dever de prestar as informações solicitadas pela SECONT **(elevo em 1% a multa-base da empresa THL).**

Dos autos não se extrai qualquer notícia de **interrupção na prestação de serviço público ou do fornecimento de bens (inciso VI) (mantenho a anterior gradação).**

As infrações também não ocasionaram qualquer **paralisação de obra pública (inciso VII) (mantenho a anterior gradação).**

Por fim, tampouco se acostou aos autos informações sobre a **situação econômica da empresa infratora (inciso VIII)**, baseada no índice de solvência e de liquidez gerais e na demonstração de lucro líquido no último exercício anterior ao da ocorrência dos atos lesivos **(mantenho a anterior gradação).**

Prosseguindo-se ao exame da pertinência das quatro circunstâncias atenuantes positivadas nos incisos do artigo 27 do Decreto nº 3.956-R/2016, verifico que nenhuma delas deve agraciar a pessoa jurídica condenada.

Primeiro porque **o ato lesivo imputado efetivamente se consumou (inciso I)**, eis que as conduta omissiva levada a efeito pela empresa ocasionou um embaraço à regular prossecução de uma investigação conduzida por esta Secretaria **(mantenho a anterior gradação).**

Em segundo lugar, não se registrou qualquer **colaboração efetiva da empresa com a apuração do ilícito investigado (inciso II)**, a qual negou a todo o tempo o cometimento do mesmo **(mantenho a anterior gradação).**

Em terceiro plano, **a ciência das infrações se deu a partir não de uma comunicação espontânea da denunciada (inciso III)**, mas de investigação deflagrada de ofício pela própria SECONT **(mantenho a anterior gradação).**

E, quarto, porque vejo que não se cuidou, nestes autos, de qualquer hipótese de **resarcimento de danos materiais infligidos à Administração Pública (inciso IV) (mantenho a anterior gradação).**

Firme nessas razões, ao cabo da primeira fase da dosimetria, fixo a multa-base da empresa THL no patamar de **1% (um por cento)** do faturamento bruto auferido no exercício financeiro de 2016 (fls. 76), totalizando o valor de **R\$ 3.601,10 (três mil, seiscentos e um reais e dez centavos)**.

Outrossim, na segunda fase da dosimetria, avalia-se a causa especial de diminuição da pena de multa referente à implementação de **programa de integridade**, na forma do artigo 29 do Decreto nº 3.956-R/2016. Vislumbro, contudo, que a pessoa jurídica THL não faz jus à aplicação da minorante, uma vez que não foi juntada aos autos qualquer documentação que comprovasse a existência de um programa de integridade efetivo no âmbito da empresa (**mantenho a anterior gradação**).

Desse modo, ao término da dosimetria da penalidade pecuniária, converto em definitiva a multa-base arbitrada, fixando-a no patamar de **R\$ 3.601,10 (três mil, seiscentos e um reais e dez centavos)**, o qual se revela consonante com os limites estabelecidos no artigo 6º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013, tendo em vista o faturamento bruto (deduzidos os tributos) auferido pela empresa THL no exercício contábil de 2016 (fls. 76).

Por fim, à luz de toda a fundamentação acima tecida, **considero adequada, também, a aplicação, em desfavor da defendente, da sanção de publicação extraordinária desta decisão condenatória**, em conformidade com o disposto no artigo 6º, inciso II, da Lei nº 12.846/2013, tendo em vista a necessidade de se conferir maior publicidade à penalização das mesmas. Desse modo, ao se assegurar o público conhecimento dos atos lesivos praticados pela pessoa jurídica condenada, faz-se possível garantir os efeitos dissuasório e pedagógico que o ordenamento jurídico pátrio atribuiu às severas sanções cominadas pela Lei Anticorrupção Empresarial, potencializando, assim, o incentivo para a incorporação de boas práticas no domínio da iniciativa privada e, por consequência, para a observância dos ditames consagrados na legislação em vigor.

#### **Parte dispositiva.**

Ante o exposto, **CONDENO** a empresa THL CARGAS E ENCOMENDAS EIRELI (CNPJ nº 17.715.315/0001-18) como incurso no ilícito administrativo tipificado no artigo 5º, inciso V, da Lei nº 12.846/2013, aplicando-lhe, por conseguinte, as sanções administrativas cominadas pelos incisos I e II do artigo 6º da Lei nº 12.846/2013. À vista das circunstâncias já analisadas anteriormente, durante a operação da dosimetria, fixo as penalidades da seguinte forma:

a) pagamento de **multa administrativa** no valor correspondente a **R\$ 3.601,10**  
**(três mil, seiscentos e um reais e dez centavos)**;

b) **publicação extraordinária** da ementa desta decisão condenatória nos seguintes meios:

b.1) Diário Oficial do Estado do Espírito Santo;

b.2) Jornal A Gazeta ou A Tribuna;

b.3) Edital afixado no próprio estabelecimento, que permita a fácil visibilidade pelo público, por 30 (trinta) dias;

b.4) Sítio eletrônico da empresa, por 30 (trinta) dias.

Após o trânsito em julgado administrativo desta decisão, determino que sejam adotadas as seguintes providências:

1. Lance-se o nome da empresa no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, na forma do artigo 22 da Lei nº 12.846/2013;
2. Intime-se a empresa para pagamento da multa administrativa no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena, em caso de inadimplemento, de inscrição dos respectivos valores em dívida ativa do Estado;
3. Intime-se o Procurador-Geral do Estado para ciência desta decisão.

Publique-se.

Registre-se.

Intime-se.

Vitória/ES, 06 de novembro de 2019.

  
**EDMAR MOREIRA CAMATA**  
Secretário de Estado de Controle e Transparência



**GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO**  
*Secretaria de Controle e Transparência*

Fis. nº	249
Processo nº	39690299
Ass.:	<i>[assinatura]</i>

**EXTRATO DE DECISÃO Nº 005/2019**

**EMPRESA:** THL CARGAS E ENCOMENDAS EIRELI

**CNPJ:** 17.715.315/0001-18

**ENQUADRAMENTO:** artigo 5º, inciso V, da Lei Federal nº 12.846/2013

**CONDUTA:** dificultar atividade de investigação conduzida pela SECONT.

**DECISÃO:** condenação ao pagamento de multa administrativa no valor de R\$ 3.601,10 (três mil, seiscentos e um reais e dez centavos) e publicação extraordinária da decisão condenatória.

Vitória/ES, 06 de novembro de 2019.

**EDMAR MOREIRA CAMATA**  
Secretário de Estado de Controle e Transparência

Vitória (ES), Sexta-feira, 03 de Janeiro de 2020.

O.S. nº 469-S, de 26 de dezembro de 2019.

**CONCEDER**, dias restantes de férias regulamentares referentes ao exercício de 2016, a servidora abaixo relacionada:

Nº FUNCIONAL	NOME	Dias restantes	Período
372794	Milene Brotto Simmer	12 (doze)	02/01 a 13/01/2020

O.S. nº 470-S, de 26 de dezembro de 2019.

**ALTERAR**, a escala de férias referentes ao exercício de 2017, aprovada pela O.S. nº 380-S, publicada em 08/11/2016, para **excluir e incluir** a servidora abaixo relacionada:

Nº FUNCIONAL	NOME	EXCLUIR	INCLUIR:
372794	Milene Brotto Simmer	Janeiro/2017	Janeiro/2020

Vitória, 26 de dezembro de 2019.

**MARIA DE LOURDES ABDALLA GOULART STARLING**  
Gerente Administrativa/ GEAD

**Protocolo 552584**

O.S. nº 476-S, de 30 dezembro de 2019.

**CONCEDER**, dias restantes de férias regulamentares referentes ao exercício de 2019, aos servidores abaixo relacionados:

Nº FUNCIONAL	NOME	Dias restantes	Período
3309614	Thais Matos da Silva dos Santos	15 (quinze)	06/01 a 20/01/2020
2696150	Giselly Santana de Almeida de Oliveira	19 (dezenove)	06/01 a 24/01/2020

Vitória, 30 de dezembro de 2019.

**MARIA DE LOURDES ABDALLA GOULART STARLING**  
Gerente Administrativa/ GEAD

**Protocolo 552585**

O.S. nº 466-S, de 30 dezembro de 2019.

**CONCEDER**, dias restantes de férias regulamentares referentes ao exercício de 2018, aos servidores abaixo relacionados:

Nº FUNCIONAL	NOME	Dias restantes	Período
3131440	Carlos Fernando Sardenberg de M. Junior	17 (dezessete)	06/01 a 22/01/2020

Vitória, 30 de dezembro de 2019.

**MARIA DE LOURDES ABDALLA GOULART STARLING**  
Gerente Administrativa/ GEAD

**Protocolo 552586**

O.S. nº 457-S, de 30 dezembro de 2019.

**CONCEDER**, dias restantes de férias regulamentares referentes ao exercício de 2019, aos servidores abaixo relacionados:

Nº FUNCIONAL	NOME	Dias restantes	Período
156118	Carla Margaretth dos Santos Cinelli	15 (quinze)	06/01 a 20/01/2020
3833054	Daniele Potratz Cavarra	19 (dezenove)	06/01 a 24/01/2020
3943755	Emanuela Perim Vilaça M. Bortolini	15 (quinze)	06/01 a 20/01/2020
2899744	Gisele Carvalho Zanoteli	19 (dezenove)	13/01 a 31/01/2020
371017	Hélio Wanzeler Coelho	15 (quinze)	06/01 a 20/01/2020
3424570	Jamily da Silva Borgardt	15 (quinze)	06/01 a 20/01/2020
2706342	Karine Barcellos Rosa Silva	20 (vinte)	06/01 a 25/01/2020
3277909	Krislayni Barbosa Marinho	20 (vinte)	13/01 a 01/02/2020

2434091	Renata Lira Souza Zottich e Silva	20 (vinte)	13/01 a 01/02/2020
3238768	Thais Affonso Rocha	19 (dezenove)	13/01 a 31/01/2020

Vitória, 30 de dezembro de 2019.

**MARIA DE LOURDES ABDALLA GOULART STARLING**  
Gerente Administrativa/ GEAD

**Protocolo 552587**

**PORTARIA Nº 088-S**, de 30 de dezembro de 2019.

**DESIGNAR**, o Procurador **Dr. Robson Fortes Bortolini**, para substituir **Dr. Edmundo Oswaldo Sandoval Espíndula**, na função de Procurador Chefe da Procuradoria Trabalhista, no período compreendido entre 02/01 a 16/01/2020, por motivo de férias.

Vitória, 30 de dezembro de 2019.

**RODRIGO FRANCISCO DE PAULA**

Procurador Geral do Estado

**Protocolo 552588**

**PORTARIA Nº 086-S**, de 30 de dezembro de 2019.

**DESIGNAR**, a Procuradora do Estado **Dra. Roberta Ponzo Nogueira**, para substituir **Dr. Eliezer Lins Sant'Anna**, na função de Procurador Chefe da Procuradoria de Execução e Precatório - PEP, no período compreendido entre 02/01 a 09/01/2020, por motivo de férias.

Vitória, 30 de dezembro de 2019.

**RODRIGO FRANCISCO DE PAULA**

Procurador Geral do Estado

**Protocolo 552590**

**Secretaria de Estado de Controle e Transparência - SECONT -**

**EXTRATO DE DECISÃO Nº 005/2019**

**EMPRESA:** THL CARGAS E ENCOMENDAS EIRELI  
CNPJ: 17.715.315/0001-18  
**ENQUADRAMENTO:** artigo 5º, inciso V, da Lei Federal nº 12.846/2013

**CONDUTA:** dificultar atividade de investigação conduzida pela SECONT.

**DECISÃO:** condenação ao pagamento de multa administrativa no valor de R\$ 3.601,10 (três mil, seiscentos e um real e dez centavos) e publicação extraordinária da decisão condenatória.

Vitória/ES, 06 de novembro de 2019.

**EDMAR MOREIRA CAMATA**  
Secretário de Estado de Controle e Transparência  
**Protocolo 552568**

**PORTARIA Nº 001-S, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.**

**O Secretário de Estado de Controle e Transparência**, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Complementar nº. 856, de 17 de maio de 2017,

**RESOLVE:**

**DESIGNAR**, na forma do artigo 52, da Lei Complementar nº 46/94, a Auditora do Estado, **Giuliana Mendes Roldi Caliman**, nº funcional: **3104478**, para substituir o Auditor do Estado Carlos Luiz Tesch Xavier, nº funcional 364657, na Função Gratificada (FG) de Assessor Técnico do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Estado de Controle e Transparência, no período compreendido entre **23/12/2019 a 21/01/2020**, por motivo de férias do titular do cargo.

**EDMAR MOREIRA CAMATA**  
Secretário de Estado de Controle e Transparência  
**Protocolo 552567**

**Superintendência Estadual de Comunicação Social - SECOM**

**Portaria nº 001-S, de 02.01.2020**

**Resumo de Termo de Compromisso de Estágio e Complementação Educacional do Programa "Jovens Valores"**

**ESTAGIÁRIO/Nível Médio:**

-Pedro Eduardo Ferreira Medeiros

**Vigência:**

02.01.2020 a 31.12.2021

**Valor da Bolsa:** 72 % (setenta por cento) da 1ª referência do padrão 01 e 04, da tabela de Subsídio do padrão 01 a 15 do Quadro Permanente do Serviço Civil do Poder Executivo.

**Dotação Orçamentária:**  
Atividade: 10.104.04.122.0204.2070

Elemento: 33.90.36

**Amparo Legal:**  
Lei nº 11.788/2008 e Decreto nº 1.195-s, de 06.11.2009

**Vitória (ES), 02 de janeiro de 2020**

**Flavia Regina Dallapicola Teixeira Mignoni**  
Superintendente Estadual de Comunicação Social  
**Protocolo 552428**